

Vol XXV, Núm 2, jul-dez, 2020, pág. 418-437.

## **DIÁLOGO, TRIANGULAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE: VIAS PARA INTEGRAÇÃO METODOLÓGICA ENTRE PESQUISAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS.**

**Dialogue, triangulation and interdisciplinarity: Pathways to methodological integration between qualitative and quantitative research.**

Denise Machado Duran Gutierrez

Rosimeire de Carvalho Martins

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel

### **RESUMO**

Este é um artigo teórico de natureza analítica. Aborda as atividades em pesquisa qualitativa de pesquisadores da psicologia que formaram uma rede na região Norte, especificamente nas universidades Federal do Amazonas e do Pará. Além de refletir sobre a fundamentação epistemológica, as autoras apontam no texto indicativos acerca da apreensão dos objetos empíricos de algumas pesquisas realizadas nos programas de Pós Graduação em psicologia a que estão vinculadas, com destaque para as dificuldades encontradas ao longo de diversas pesquisas, bem como, para as reorganizações do percurso ao longo do caminho, por meio da realização de uma análise sobre as implicações do uso único de metodologias qualitativas ou do uso concomitante de métodos qualitativos e quantitativos para compreensão de fenômenos psicossociais de alta complexidade. O estudo conclui que o diálogo, a triangulação e a interdisciplinaridade são vias para integração metodológica entre pesquisas qualitativas e quantitativas. Por meio do dialogo há possibilidade legítima de integração entre as abordagens, pois ele ocorre desde a fase de construção do projeto de pesquisa. A postura interdisciplinar visa à reconstituição do objeto; e a utilização da triangulação, de métodos, técnicas e observadores, objetiva ampliar olhares sobre o objeto investigado. As conclusões evidenciam a importância de superar o apego pessoal e dogmático na área da psicologia praticando uma postura de compreensão abrangente em pesquisa.

**Palavras chave:** Pesquisas, Delineamentos, Paradigmas, Teorias, Complexidade.

### **ABSTRACT**

This is an article of theoretical analytical nature. It covers activities in qualitative research of researchers from psychology that formed a network in the northern region, specifically in the Federal Universities of Amazonas and Pará. In addition to reflect on the epistemological grounds, the authors also suggest indicative text about the comprehension of empirical objects of some surveys conducted in the

graduate programs in psychology that are linked to the difficulties encountered along several searches as well, for the reorganization of the route along the way, through an analysis of the implications of using single qualitative methodologies or concomitant use of qualitative methods and quantitative understanding of psychosocial phenomena of high complexity. The study concludes that dialogue, triangulation and interdisciplinary view are ways for methodological integration between qualitative and quantitative research. Through dialogue there is a legitimate possibility of integration between the approaches as it occurs from the construction phase of the research project. The interdisciplinary approach seeks to reconstruct the object; and the use of triangulation of methods, techniques objective amplify the points of views about the investigated objects. The conclusions highlight the importance of overcoming a personal and dogmatic attachment in the area of psychology, practicing a posture of comprehensive understanding in research.

**Keywords:** Researches, Designs, Paradigms, Theories, Complexity.

## Introdução

Pesquisas no campo das ciências humanas requerem delineamentos claros e amplos esforços teórico - metodológicos na apreensão do objeto de estudo considerando a polissemia, complexidade e variedade dos fenômenos que podem ser temas de interesse científico, particularmente no que se refere a psicologia cuja variedade de proposições e paradigmas que sustentam as teorizações muitas vezes são antagônicos.

Além disso, as Psicologias, ao produzirem conhecimento científico, muito mais que qualquer outra ciência, tem na atualidade buscado superar as incompatibilidades entre as formas qualitativas e quantitativas de fazer pesquisa. Desse modo, alinham-se de um lado pesquisadores que entendem que a possibilidade de predição ou explicação num sentido mais generalizado requerem metodologias afinadas com o fenômeno estudado, desenvolvendo pesquisa qualitativa; e de outro, estão os psicólogos pesquisadores que levam em conta os objetivos direcionados a explicação e a predição dos fenômenos psíquicos que governam o comportamento, desenvolvendo pesquisa quantitativa (Scarparo, 2000).

Algumas dúvidas que historicamente cercam o desenvolvimento da investigação qualitativa tornam-se, no presente trabalho, nosso objeto de discussão e análise. Tomamos como conceito central a compreensão de que fenômenos psicossociais de alta complexidade - como é o caso no campo da saúde do processo saúde-doença-cuidado; e no campo da educação do processo ensino-aprendizagem - não podem ser investigados e entendidos a partir de tecnologias redutoras e simplificadoras,

mas, requerem um modo de ver e fazer que incorpore interações sociais e processos simbólicos. No presente artigo, o objetivo geral é contribuir para aclarar o debate sobre a pesquisa qualitativa, sobretudo formar o graduando em psicologia. Deste modo, apresentamos um panorama de algumas vantagens e limitações da abordagem metodológica adotada pelo grupo de autoras e a compreensão abrangente dos fenômenos psicológicos estudados.

### **Limites e possibilidades na investigação de fenômenos psicossociais**

Na ciência moderna o campo da pesquisa científica tem sido povoado e dominado pelas ideias e paradigmas do positivismo, que tem no modelo das ciências naturais seu referencial máximo (Bastos, 1999). Esta forma de ver a construção do conhecimento tem gerado, segundo Bruner (1997 *apud* Silva, 1998, p. 160) um “*reinante espírito de pequenos estudos limpos*” que fracionam a realidade em pequenas e desarticuladas unidades. No entanto, cada vez mais se reconhece que tais estudos não dão conta de certos temas que permanecem interditos a eles; como os estados intencionais, os significados, construções simbólicas da realidade e os sistemas da cultura. Nesse panorama, a pesquisa qualitativa desponta como um modo de fazer ciência em que os objetos podem ser mais bem detalhados e explorados de modo rigoroso.

A pesquisa qualitativa se aplica a objetos psicossociais, isto é ‘fenômenos’. Martins e Bicudo (1994) os diferenciam de ‘*fatos*’, categoria que pertence ao mundo natural. Para os autores, fenômenos são tomados na psicologia e nas ciências sociais como objetos que só podem se mostrar enquanto elementos contextualizados, isto é, em situação onde alguém os está experimentando. Já os fatos seriam tomados como objetos visíveis em si mesmos, como tudo aquilo que pode se tornar objetivo e rigorosamente estudado enquanto objeto da ciência. Nessa perspectiva todo conhecimento precisa ser provado através do sentido de certeza e de observação sistemática que asseguram a objetividade.

Ao considerarmos, por exemplo, no fenômeno saúde-doença a questão do cuidado, vemos que a investigação qualitativa envolve aspectos bastante complexos e que não podem ser completamente entendidos através da mera coleta de indicadores

numéricos para análises estatísticas. Esse fenômeno implica na configuração de um campo em que fazeres e sentidos de vários atores interatuam (equipe de saúde, usuários, gestores), de modo que considerar as interações e construções ligadas a grupos, instituições e indivíduos é da maior importância para a compreensão do processo de adoecimento e recuperação da saúde. Uma dialética inseparável vinculada aos procedimentos contidos nos modos de cuidar desenvolvidos em vários contextos institucionais públicos (hospitais, unidades de saúde, etc.) e familiares. Durante a coleta de dados, o pesquisador de abordagem qualitativa tentará apreender os sentidos que os indivíduos atribuem à doença e as possibilidades de cuidados: aspectos sociais, culturais, geracionais e simbólicos presentes.

Ressaltamos que ao utilizar o termo “pesquisa qualitativa” consideramos o sentido polissêmico que o mesmo conjuga. Ou seja, de um grupo de propostas derivadas de diferentes campos do conhecimento (sociologia, antropologia, psicologia, história) que recorrem a uma multiplicidade de recursos interpretativos para executar aquilo que seria sua principal marca, a atividade interpretativa e busca de significado (Deslandes e Gomes, 2004). Interpretação entendida aqui como construção negociada de sentidos entre o autor e o intérprete (Geertz, 1989). Sua riqueza consiste em procurar aprofundar a compreensão de fenômenos complexos, como os estudados pelas ciências humanas e sociais, desvendando alguns sentidos das práticas e vivências sociais a partir do relato (versão dos sujeitos) e observação de diversos atores.

A pesquisa qualitativa não pretende esgotar todos os sentidos e possibilidades de análise, uma vez que admite que a realidade é mais complexa do que aquilo que podemos apreender ou teorizar dela e, como qualquer procedimento científico, se detém a certas dimensões do fenômenos estudados, operando por recortes a partir de determinada perspectiva teórica assumida pelo investigador (Deslandes e Gomes, 2004). Em saúde a pesquisa qualitativa pode contribuir com a compreensão e melhoria da intervenção e/ou dos serviços, já que possibilita o acesso às diversas lógicas culturais que instruem as ações de saúde pelos variados sujeitos nelas envolvidos.

O caráter científico da pesquisa qualitativa é garantido pelo rigor metodológico, que implica pelo menos três elementos: **1)** a descrição pormenorizada das atividades de pesquisa, do processo de coleta e elaboração/construção de dados; **2)** a manutenção de uma postura crítica e reflexiva sobre todo o processo de trabalho; **3)** a

articulação coerente com teorias explicativas (fundamentação teórica) que ofereçam conceitos capazes de permitir a interpretação dos dados.

Quanto à descrição das atividades de pesquisa, do processo de coleta e elaboração/construção de dados é preciso dizer que, em pesquisa qualitativa a coleta de dados não consiste exatamente numa ‘coleta’ no sentido estrito do termo, como se os dados fossem frutos de um grande jardim em que o pesquisador passaria colhendo e colocando-os num cesto de modo passivo. Ao contrário o papel do pesquisador é extremamente ativo, coleta informações que transforma em dados a partir de certo olhar que assume amparado por uma teoria de base que torna essas informações significativas para a compreensão de determinada questão investigada. A coleta assim entendida se torna, portanto, um processo de construção intelectual a partir de elementos empíricos.

A manutenção de uma postura crítica e reflexiva sobre todo o processo de trabalho é atitude esperada de qualquer investigador. É uma exigência operacional que ele se mantenha atento ao seu objeto de estudo, sensível às suas modificações durante todo o curso do trabalho, para que possa captar os vários componentes que o constituem num movimento complexo. Desta forma, as informações coletadas só adquirem *status* de dados propriamente ditos se puderem ser articuladas de modo coerente com teorias explicativas (fundamentação teórica) que deem conta da interpretação dos dados. Isso significa dizer que seu entendimento deve ser ancorado numa teoria de base suficientemente complexa e de tal envergadura que permita extrapolações para outras realidades sociais e diálogo com outros estudos e experiências.

Embora se reconheça a indissociabilidade entre sujeito-objeto, essa relação é bastante cuidada e regulada pelo método qualitativo, garantindo que não haja um transbordamento subjetivo do investigador sobre os dados. A objetividade buscada é mais um ‘processo de objetivação’, em que se procura uma aproximação cada vez maior e mais rica do fenômeno estudado, do que propriamente uma característica do objeto. Trata-se de uma tradução analítica dos significados originais que mobilizam as ações humanas e que tomam a forma de crenças, valores, razões, etc. (Deslandes e Gomes, 2004; Minayo, 2009).

Ainda que se trabalhe muitas das vezes com *estudo de caso*, um dos principais desenhos metodológicos empregados em pesquisa qualitativa, e não se tenha a descoberta de leis gerais e generalização de conclusões como prioridade, a

possibilidade de generalização é mantida pela operação de comparações. Essas buscam, através de interrogação sistemática do material, a especificidade das particularidades, mas também a extração de propriedades gerais ou invariantes que podem servir como eixos para novos estudos (Nogueira e Catani, 1998).

Alguns cuidados metodológicos são indicados como modos de aumentar a confiabilidade externa da pesquisa qualitativa melhorando assim seu status científico, ainda que não garantam plenamente a buscada replicabilidade, tal como postulado no campo das ciências naturais. São eles: **1)** verificar a posição e *status* do pesquisador e sua interferência em relação ao problema investigado, **2)** realizar uma escolha criteriosa de informantes, **3)** escolher as melhores condições para a coleta de dados (individual/grupal) e, principalmente, **4)** explicar o caminho seguido para a escolha teórico-metodológica.

Em relação à posição e *status* do pesquisador e sua interferência em relação ao problema investigado é preciso primeiro considerar que a preocupação com a interferência do pesquisador e sua subjetividade pauta-se historicamente no ideário positivista, no conceito de neutralidade e firma-se à medida que se tem como pressuposto que o fenômeno investigado, enquanto entidade de existência própria e realismo concreto, deve e pode ser acessado por instrumentos específicos.

Ao contrário disso, problematizando a ideia de interferência, na pesquisa qualitativa a não interferência não se coloca como condição básica. Os objetos investigados, como objetos condicionados sócio-historicamente, se configuram em relação. Isto é, se conformam também em relação ao pesquisador que está posto como co-contrutor do conhecimento e interatua com o fenômeno investigado. A não interferência aqui é mais uma *interferência conscientizada*, sabida e tomada em conta. Desse modo é necessário que explicitemos o melhor possível, através de uma descrição apurada e bastante densa, o lugar a partir do qual o investigador olha o fenômeno e o apreende. Quando nos referimos ao lugar do pesquisador apontamos em especial sua forma de inserção social e institucional, sua fundamentação e orientação teórica, sua visão de mundo e adesão epistemológica. Problemas nesse quesito normalmente se apresentam sob a forma de propostas de pesquisa que associam teorias epistemologicamente divergentes de modo ingênuo, ou não clarificam a posição teórico-metodológica adotada para a discussão dos dados.

A escolha criteriosa de informantes, embora seja muito importante para afiançar que dispomos de fontes fidedignas de informação, pode passar por muitos percalços em especial quando tratamos de temas tabus e socialmente sensíveis ao preconceito e estigmatização, como é o caso da investigação da violência sexual ou do suicídio. A forte carga emocional dessas temáticas pode gerar retraimento dos sujeitos e um longo tempo para entrada e preparo do campo antes da efetiva coleta de dados. Exemplo claro encontramos durante uma pesquisa desenvolvida sobre o impacto do abuso sexual na saúde de mulheres agredidas há mais de um ano. Durante a entrevista, as mulheres não se dispunham a relatar o ocorrido em função de estarem, ainda, sob efeito do estresse pós-traumático causado pela violência sexual sofrida. A vivência da situação mobilizava sentimentos de angústia e sofrimento causados pelo ocorrido, de modo que a condução das entrevistas se mostrou inviável naquele momento. Também em pesquisa que está em curso que requer abordagem de famílias que viveram situação de suicídio entre seus membros a aproximação tem se mostrado bastante difícil e requerido várias estratégias de entrada gradativa em campo como, por exemplo: contato com pessoas mais periféricas à família que sirvam de ponte, como é o caso de vizinhos, parentes mais distantes, religiosos da convivência comunitária e outros agentes.

No que diz respeito à escolha das melhores condições para a coleta de dados (individual/grupal) muitas das vezes essa condição já está dada a partir da formulação do problema de pesquisa. Outras vezes as condições reais de realização da pesquisa vão impor limites de tal modo que determinada forma se torne compulsória dentro daquele contexto restando pouca ou nenhuma liberdade de escolha. Em outra ilustração demonstramos a partir de nossas pesquisas com homens violentos que cumpriam pena em sistema penitenciário fechado, cujas condições reais para a realização da entrevista limitaram e determinaram a forma de entrevista realizada com os presos detidos por violência *doméstica*<sup>1</sup> na Delegacia da Mulher de Belém do Pará, DEAM. No regime da cadeia pequena e suja as regras do lugar são específicas. Além disso, o grau de colaboração masculina é elevado devido à ansiedade para sair daquele lugar, bem como há contenção da violência interna entre os homens detidos por violência doméstica e o poder circula mais livremente sem práticas de humilhação entre os presos (Pimentel, 2010a, 2010b)



Explicar o caminho seguido para a escolha teórico-metodológica é o aspecto que mais garante aquilo que poderíamos chamar de honestidade intelectual e que indica a coerência interna e o estado de coesão entre a teoria, que define o ângulo do olhar; e a metodologia, que define os aspectos operacionais e técnicos da prática de pesquisa. Assim, fazendo saberes e fazeres da pesquisa ficarem alinhados e articulados de modo harmônico e lógico. Embora tomemos uma série de precauções quanto aos aspectos acima referidos identificamos que na prática da pesquisa somos levados a operar uma série de mudanças em favor do processo de realização da pesquisa sem perder de vista os parâmetros e rigores do método. Passamos em seguida a expor nossa experiência de pesquisa indicando algumas mudanças descritas.

### **Práticas de pesquisa em psicologia**

Em psicologia, os antecedentes da pesquisa qualitativa foram delineados em 1892, com a fundação da APA (*American Psychological Association*). A orientação fenomenológica da pesquisa qualitativa incluiu na configuração do conhecimento evidenciar a perspectiva do outro, a importância do contexto metodológico e das relações com o sujeito para o desenvolvimento da investigação (González-Rey, 2002).

A pesquisa qualitativa é voltada para os significados que as pessoas atribuem às suas ações (Lessard-Hébert; Goyette e Bouth, 2005). Em se tratando de estudos teóricos norteamos seu desenho pela lógica configuracional cuja orientação se caracteriza pela produção teórica do pesquisador ante um conjunto de influências que não expressam uma ordem explícita, entre as quais se encontram suas próprias ideias diante de cada um dos momentos de confrontação com o empírico (González-Rey, 2002, p.129). Nesta modalidade, o paradigma de investigação é ontológico (Moreira e Caleffe, 2006; Holanda, 2005), isto é, adequado à natureza do problema que abordamos; tem como finalidade refinar conceitos para depois aplicá-los.

É característica marcante de produções sobre metodologia na área da pesquisa em psicologia o cuidado com o rigor metodológico. Em nossa experiência com pesquisa qualitativa, da mesma forma, temos essa preocupação sem, no entanto deixar de trilhar novos caminhos ou usar estratégias metodológicas, de forma a dar conta de contornar ou resolver dificuldades encontradas durante o processo de pesquisa.



Achamos importante revelar como em nosso dia a dia desenvolvendo pesquisa qualitativa encontramos algumas dificuldades que suscitaram em nós pesquisadores soluções *ad hoc* para conseguirmos finalizar a investigação.

Descreveremos a seguir os passos metodológicos empregados em situações concretas de pesquisa, numa tentativa de mostrarmos os contornos que fazemos frente às dificuldades que encontramos no decorrer da pesquisa, como forma de impedirmos a formação de uma impressão equivocada de que tudo transcorre sempre como planejamos. Assim temos como objetivo mostrar os vários obstáculos encontrados durante o desenvolvimento da pesquisa e as remodelações necessárias que foram feitas para sua efetivação.

Usaremos como exemplo uma pesquisa desenvolvida em 2006 sobre “*Representações Sociais de Protagonistas de Estupro*”. Para esse estudo tivemos como sujeitos participantes, advogados, psicólogos, religiosos, guardas do presídio (militares e civis) e protagonistas de violência sexual, que cumpriam pena na Penitenciária do Estado. No relato dessa experiência nos referiremos ao processo teórico metodológico onde precisávamos interagir com os participantes e por conta de circunstâncias estruturais, não pudemos fazer como tínhamos planejado, o que nos impulsionou a reformular e readaptar todo o processo.

Nessa pesquisa seguimos os aportes teórico-metodológicos da Teoria das Representações Sociais por entender que essa teoria tem sido um instrumento importante para o estudo de situações em que os aspectos simbólicos estão articulados aos comportamentos e às práticas sociais. Ela permite compreender a relação dos grupos com determinados objetos sociais, apreendendo tanto significados como a forma como esses orientam as práticas sociais, ou posições tomadas em situações do cotidiano. Oportuniza ainda compreender a participação dos grupos e indivíduos na construção de sua realidade, ao mesmo tempo em que são construídos pela realidade. Ou seja, o agir e o pensar ao mesmo tempo em que ajuda o homem a se construir, o ajuda a construir sua realidade.

É importante ressaltar que, a pesquisa qualitativa permite investigar o sentido que os atores sociais dão aos objetos, pessoas e símbolos com os quais constroem seu mundo. Isso permite o desvelamento do sentido social que os indivíduos constroem em suas interações cotidianas (Chizzotti, 2001).

Nesse sentido, iniciamos nossa pesquisa buscando levantar as representações sociais sobre estupro a partir de seus próprios protagonistas. A princípio não levamos em conta se o participante já tinha sido julgado ou não e nossas primeiras entrevistas foram realizadas com os que ainda não tinham sido julgados, fato esse que tornou a entrevista contra producente, visto que os mesmos se recusavam a falar sobre o crime com medo de que sua fala produzisse provas contra si mesmos.

Frente a esse problema, optamos por entrevistar protagonistas já julgados, condenados e apenados que estavam cumprindo pena no sistema penitenciário. Assim buscamos entrevistá-los após terem sido julgados e estarem cumprindo pena no presídio. Tivemos como objetivo apreender os sentidos e significados da violência sexual para os sujeitos que a cometem. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com questões fechadas sobre dados sócio demográficos, seguidas de questões abertas de forma a contemplar várias modalidades de dados relevantes que se complementassem. Ao final de cada entrevista, colocávamos a expressão indutora “homem que estupra é...”, a fim de contemplar questões sobre a situação pessoal e crenças do protagonista de estupro sobre si mesmo, bem como, sentimentos relacionados à sua condição. Essas questões indutoras não foram bem compreendidas pela maioria dos entrevistados, que completaram a frase indutora de forma equivocada. Ao percebermos a dificuldade de compreensão por parte dos entrevistados refizemos a pergunta indutora para que a mesma ficasse mais compreensível e nos conduzisse ao que de fato queríamos saber.

Ao decidirmos identificar as representações sociais desses atores sociais tínhamos claro que a pesquisa seguiria uma metodologia qualitativa, para apreender a variabilidade de relações entre as representações sobre o estupro e os significados que lhe são atribuídos pelos atores através de suas interações sociais. Encontramos também dificuldade de chegar aos sujeitos de nossa pesquisa, visto que os mesmos encontravam-se cumprindo pena em sistema penitenciário fechado, o que fez com que nosso contato com eles fosse intermediado por profissionais do serviço de psicologia e pelo setor jurídico da instituição penitenciária onde os mesmos cumpriam pena. Assim, a abordagem metodológica na prática da coleta de dados foi redesenhada em alguns pontos. O contato para o convite de participação dos protagonistas só foi efetuado após a autorização formal do secretário de justiça do Estado e da autorização do diretor do complexo penitenciário que designou uma psicóloga, funcionária, para articular nossa

comunicação com o detento protagonista do estupro. No regime Semi Aberto a psicóloga apresentava o detento e, após expormos os motivos e condições da pesquisa, perguntávamos se ele gostaria de tomar parte. É importante ressaltar que essa participação do detento não foi livre e intencionada, mas de certa forma “imposta” pela instituição, em vista do mesmo haver sido “levado” pelos guardas a nós para entrevista. Desta forma, ao dizer sim ao nosso convite, o detento foi entrevistado em uma sala apropriada concedida pela direção do complexo penitenciário aos pesquisadores sem a presença de guardas dentro da sala, com os guardas em frente à porta pelo lado de fora. Quando os presos do sistema fechado eram entrevistados, geralmente permaneciam algemados e sob vigilância de guardas em sala com divisória de vidro chamada de parlatório, para impedir o contato direto.

No primeiro momento da entrevista com os participantes da pesquisa dedicamo-nos ao *rapport* para a criação do vínculo, para garantir o entendimento dos participantes acerca dos procedimentos da pesquisa, do contrato de sigilo e da ausência de expectativa sobre respostas certas ou erradas. Expusemos os objetivos, o papel dos pesquisadores no processo e ao aceitarem participar, firmamos o termo de consentimento informado. Mantivemos nossa atenção receptiva a todas as informações fornecidas, intervindo somente com discretas interrogações de conteúdo ou com sugestões que estimulavam a expressão mais circunstanciada das questões investigadas. Desse modo, entendemos que, embora a entrevista tivesse eixos norteadores previamente estabelecidos que possibilitasse o alcance dos objetivos da pesquisa, o desenvolvimento da mesma foi adaptado e contextualizado, considerando a escolaridade, cultura e nível de entendimento do entrevistado.

Além dos aspectos ligados ao processo de coleta de dados, que nos conduzem frequentemente a romper com os caminhos já delineados, outro aspecto relevante que se levanta nas discussões metodológicas é o que fazer para dar confiabilidade às análises, uma vez que se utilizam técnicas hermenêuticas fortemente marcadas pela subjetividade do pesquisador. Nesse sentido vemos que a confiabilidade interna pode ser melhorada pela utilização de algumas estratégias: **1)** troca de ideias entre a equipe de pesquisa buscando consenso de interpretações, **2)** troca de ideias com os informantes verificando a propriedade das hipóteses e inferências construídas, **3)**

utilização de descrições literais das situações e relatos verbais (descritores de baixa inferência), e 4) exame pelos pares.

Quanto à troca de ideias entre a equipe de pesquisa buscando consenso de interpretações, atualmente e cada vez mais se procura o trabalho colaborativo grupal, a construção de consensos, uma vez que se entende a produção de conhecimento como uma construção social. Nesse sentido a troca deve ser ampliada e incluir também os informantes. Há nesse procedimento um movimento dialético em que as interpretações vão sendo buriladas e transformadas à medida que circulam e são reformuladas no campo de conversações entre a equipe de investigadores e os informantes. O planejamento do processo de análise em fases que preveem a discussão coletiva dos vários atores sociais envolvidos na pesquisa dá conta desse quesito qualificando as análises.

A confiabilidade melhora ainda quando se utilizam descrições literais das situações e relatos verbais que se constituem como descritores de baixa inferência, de modo que se possa ter acesso ao que efetivamente foi dito na circunstância específica. A apresentação da fala dos informantes, tal como ocorreu junto com a contextualização do momento de coleta, dá peso de realidade à fala, que pode ser resgatada em estado o mais fidedigno possível e ser submetida às vistas de outros investigadores, permitindo novas análises e perspectivas.

Apresentar-se a fala literal dos informantes não significa escrever com as distorções linguísticas que a linguagem coloquial permite e que cotidianamente utilizamos - o que muitas das vezes implica em problemas éticos. A esse respeito, em conversas sobre pesquisa, nos adverte Minayo (2009). Para esclarecer esse ponto identificamos que não é incomum, em especial quando se trata de informantes pertencentes a classes populares vemos a apresentação de falas com erros linguísticos que não caracterizam necessariamente o grupo social em questão, mas que distinguem, de modo preconceituoso, a fala. Por exemplo, algumas pessoas falam, né, tá, tempu, elementos perfeitamente dispensáveis.

Adicionalmente o exame pelos pares garante que uma construção que é constitutivamente social e simbólica seja reconhecida nesse *status*. Diversos olhares que em parte convergem, em parte divergem dão a dimensão da complexidade dos fenômenos psicossociais de que tratamos em pesquisa qualitativa.

A validade interna dos estudos qualitativos é apontada como seu ponto forte, uma vez que essa abordagem permite uma aproximação tal com o mundo dos dados empíricos que a adequação dos constructos à realidade é bastante boa. Adiciona-se a isso o fato do investigador fazer parte integrante do próprio contexto do fenômeno investigado, de modo que não se pode falar de uma validade enquanto representação especular da realidade, como se quer na pesquisa quantitativa, mas de uma aproximação e reconstrução consensual das perspectivas e experiências dos sujeitos.

Ainda que não priorize a obtenção de leis gerais a generalização é possível sob a forma de generalização conceitual ou analítica, que permite a construção de conceitos aplicáveis a outros sujeitos e grupos; e generalização por tipificação, que possibilita a apreensão da lógica grupal aplicável aos vários elementos que o compõem.

Ademais a objetividade é garantida através de um conceitual que permite uma “objetividade entre parênteses”. Maturana (2005) propõe inicialmente uma revisão epistemológica que envolve um giro do que chama objetividade sem parênteses para uma objetividade entre parênteses. Uma objetividade sem parênteses significa a busca do conhecimento a partir da crença na existência de um mundo concreto, independente do observador, que pode ser apreendido e internalizado como é. Em suas palavras:

O que estou dizendo é válido porque é objetivo (...) é a realidade, são os dados, são as medições, não eu, os responsáveis pela validade. (...) Existe uma realidade transcendente que valida nosso conhecer e nosso explicar, e que a universalidade do conhecimento se funda em tal objetividade (p. 46).

Já a objetividade entre parênteses, proposta e assumida pelo autor, significa o reconhecimento da existência de uma interação intersubjetiva instituinte entre observador e observado. Entende-se que a objetividade é algo impossível de ser alcançado, uma vez que o observador enquanto organismo sempre tem acesso ao mundo mediado por sua estrutura particular, com o que concorda Glasersfeld (1995). Nessa perspectiva a subjetividade não é descartada como elemento indesejável, mas integrada no todo da percepção do mundo como elemento fundante, uma vez que qualquer conhecimento só pode ser construído pelo observador que opera processos de distinção na experiência vivida. Conforme Maturana (2005):

As capacidades cognitivas do observador (...) se alteram ou desaparecem ao alterar-se nossa biologia, e que não podemos desprezar mais nossa condição de seres que na experiência não podem distinguir entre ilusão e percepção (...) depende de nós aceitarmos ou não certa reformulação da experiência a ser explicada como explicação dela, segundo um critério de aceitação que temos em nosso escutar e, portanto, que a validade das explicações que aceitamos se configura em nossa aceitação e não independentemente dela (p. 47).

O caminho explicativo da objetividade entre parênteses implica em aceitar a participação constitutiva do observador e chegar a explicações não reducionistas e não transcendentais. Implica ainda em entender a coexistência de explicações diferentes que operam em domínios de realidade diferentes, mas que podem ser igualmente legítimas para explicar diferentes aspectos da experiência do viver. Ao assim fazer, o observador percebe que vive numa *multiversa* em que muitas explicações diferentes podem ser igualmente legítimas, embora não igualmente desejáveis. O desacordo não significa disputa e ruptura, mas convida a uma reflexão sobre a convivência. Essa perspectiva implica necessariamente uma postura ética de responsabilidade e respeito pela diferença, de aceitação do outro como “*legítimo outro na convivência*” (Maturana, 2002, p.46) rompendo com o conhecimento da verdade como domínio de poder de poucos iniciados. Conhecer é atuar e ser no mundo em interação com outros. As relações verdadeiramente sociais são marcadas pela aceitação do outro e pela abertura para a convivência com diferenças de modo respeitoso. A validade de uma afirmação deve ser julgada somente no contexto de coerências que a constituem como válida.

Consideramos que fazer pesquisa qualitativa é mais do que pensar sobre os resultados ou produtos da investigação, mas e, sobretudo pensar sobre o processo de investigação. Nesse sentido vale a pena refletir sobre cada passo a começar pelo momento de Coleta Piloto. Sabemos ser essa prática ordinária no processo de aferição dos instrumentos, e que, através dela procura-se garantir o melhor ajuste entre o que se pretende atingir (objetivos do estudo) e o que efetivamente se obtém no processo de coleta de dados. Em nossa experiência no âmbito do Projeto de Pesquisa “Concepções e práticas de cuidado: A perspectiva dos diferentes atores da rede pública de saúde em Manaus” destacamos, a partir de análise grupal das primeiras entrevistas, algumas conclusões sobre o processo que sintetizamos aqui (Gutierrez, Perin, Castro e Colombarolli 2010).

Em primeiro lugar verificamos que as relações intrainstitucionais são elementos que precisam ser compreendidos e respeitados durante o processo de coleta e para isso é preciso

muita capacidade de negociação e flexibilidade por parte dos pesquisadores. Não é incomum encontrarmos resistências por parte das instituições, devidas à forte hierarquização de suas relações de poder e de dificuldades de comunicação e relacionamento interpessoal que antecedem a inserção do pesquisador em campo. Esse conjunto de tensões inevitavelmente tem desdobramentos no modo como o pesquisador passa a ser visto, como representante de uma das facções ou simplesmente como um “inimigo potencial”. O manejo dessa situação deve ter como objetivo minimizar as tensões e conquistar parcerias estratégicas evitando-se assim polarizar ou identificar-se com um dos grupos em concorrência.

Em segundo lugar a linguagem e forma de compreensão dos sujeitos precisam ser reconhecidas e respeitadas para que se possa garantir a obtenção das informações efetivamente buscadas. É preciso que se compreenda que para além dos sujeitos individuais cada espaço institucional tem seu jargão, racionalidade e mesmo um ideário construído em seu processo de constituição histórica, que precisa ser tomado em conta.

Finalmente entendemos que o momento de Coleta Piloto se afirma como de grande valor para aferição dos instrumentos e estabelecimento de relações de parceria e cordialidade que podem abrir muitas portas para a consecução da pesquisa em andamento e outras que vierem no futuro. Ademais coopera na clarificação-redimensionamento dos objetivos da investigação, de modo a garantir que vários aspectos contextuais e relacionais que condicionam o processo de coleta de dados não venham a comprometer o andamento do trabalho.

## **Considerações Finais**

Dizer que a pesquisa qualitativa se preocupa com a compreensão dos fenômenos em profundidade e a quantitativa com a explicação em extensão é insuficiente para demarcar as reais diferenças. Ao contrário, elas traduzem diferentes lógicas e perspectivas envolvidas nos complexos processos que investiga (Minayo, 2009). Seja qual for a abordagem adotada é importante sempre se ter uma teoria de base que sustente a construção do modelo metodológico. A teoria vai permitir pensar as estratégias mais adequadas para coleta de dados e nas categorias analíticas apropriadas à análise dos dados.

Ademais, muitas vezes as propostas integrativas que circulam na literatura nos periódicos nacionais consistem unicamente em justapor de modo pouco articulado dados de diversas naturezas e colocá-los sem conseguir de fato estabelecer um diálogo



em que a dimensão numérica quantitativa consiga complementar aspectos relevantes ao problema investigado. Não basta, portanto na mesma coleta apresentar dados numéricos e discursivos; é preciso que os dados esclareçam dimensões relevantes da questão investigada e reflitam informações complementando-as. Nesse exposto, um erro bastante comum que se apresenta em vários estudos é o entendimento de que a pesquisa tem uma dimensão qualitativa porque os dados numéricos são interpretados através de recursos linguísticos, ou o entendimento de que a pesquisa é quantitativa, ou integrativa na medida em que tenham em seu *corpus* de análise variáveis mensuráveis numericamente.

Em nosso grupo consideramos que o diálogo, a triangulação e a interdisciplinaridade são vias para integração metodológica entre pesquisas qualitativas e quantitativas. Entendemos que por meio do dialogo há uma possibilidade legítima de integração entre as abordagens, pois ele ocorre desde a fase de construção do projeto de pesquisa. Quanto à postura interdisciplinar, sua adoção visa à reconstituição da totalidade do objeto, perdida pela ‘ação disciplinar’; e a utilização da triangulação de métodos, técnicas e observadores objetiva ampliar o espectro de olhares possíveis sobre o objeto investigado, e aponta para uma possibilidade de integração que se encontra em processo nos estudos em saúde (Deslandes e Assis, 2002; Minayo e Minayo-Gómez, 2003). Finalmente, consideramos que a integração é necessária e enriquecedora, um caminho de superação de velhas rivalidades que se expressam não somente no campo das ideias, mas também, e talvez, sobretudo, no apego pessoal e dogmático que tem caracterizado o mundo da ciência moderna também nas áreas da psicologia e da saúde.

## Notas

1. Em breve deixaremos de usar este signo nos textos de nosso grupo de pesquisa, NUFEN: Núcleo de pesquisas fenomenológicas, por considerar limitada a significação do mesmo no contexto atual das conquistas dos gêneros femininos. A esse respeito, ver melhor Pimentel, 2011. SP, Summus, Ed.

## Referências

- Bastos, R.L. (1999) *Ciências humanas e complexidades: projetos, métodos e técnicas de pesquisa*. Juiz de Fora: EDUFJF.
- Deslandes, S.F. & Assis, S.G. (2002). Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In: Minayo, M.C.S. & Deslandes, S.F. (orgs) *Caminhos do pensamento: Epistemologia e Método*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 195-223.
- Deslandes, S.F. & Gomes, R. (2004). A pesquisa qualitativa nos serviços de saúde: Notas teóricas. In Bosi, M.L.M. & Mercado, F.J. (orgs). *Pesquisa qualitativa nos serviços de saúde*. Petrópolis: Vozes.
- Chizzotti, A. (2001). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- Glaserfeld, E.V. (1995). Adeus à objetividade. In: Watzlawick, P. & Krieg, P. (orgs). *O olhar do observador: Contribuições para uma teoria do conhecimento construtivista*. São Paulo, Campinas: Editorial PsyII, p.17-29.
- González-Rey, F. L. (2002). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e Desafios*, SP, Thomsom/Pioneira.
- Gutierrez, D.M.D.; Perin, E.D.; Castro, C.M.R. e Colombarolli, M.S. (2011). Reflexões acerca de uma experiência de coleta piloto no contexto amazônico. *Anais do 7º Congresso Norte Nordeste – Práticas e Saberes Psicológicos e suas Interconexões*. Salvador-Bahia.

- Holanda, A. (2006). Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, 3 (XXIV): 363-372.
- Lessard-Hébert, M.; Goyette, G. & Bouth, G. (2005). *Recherche Qualitative*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Martins, J., Bicudo, M.A.V. (1994). *A pesquisa qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Educ/Moraes.
- Maturana, H.R. (2002). A biologia do conhecer: suas origens e implicações. In: Magro, C.; Graciano, M.; Vaz, N. (orgs). *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Maturana, R., H. (2005). *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Minayo, M.C.S. (2009). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: HUCITEC.
- Minayo, M.C.S. & Minayo-Gómez, C. (2003). Díficeis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: Goldenberg, P.; Marsiglia, R.M.G.; Gomes, M.H.A. *O clássico e o novo: Tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p.117-142.
- Moreira, H. & Caleffe, L. G. (2006). *Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Nogueira, M.A. & Catani, A. (1998). *Pierre Bourdieu. Escritos em Educação*. Petrópolis: Vozes.

Pimentel, A.S.G. (2010 a). Avaliação psicológica na DEAM: um estudo de caso de violência sexual infantil. *Revista Mal - estar e Subjetividade* – Fortaleza – Vol. X – Nº 2 – p. 585-603 – jun/.

\_\_\_\_\_. (2010b) Violência Doméstica em Homens Detidos na Delegacia da Mulher de Belém. *Revista da Abordagem Gestáltica* – XVI(2): 148-156, jul-dez,

Silva, R. C. A. (1998). A falsa dicotomia qualitativo-quantitativo: Paradigmas que informam nossas práticas de pesquisas. In: Romanelli, G.; Biasoli-Alves, Z.M.M. (orgs). *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa*. Ribeirão Preto: Regis-Summa.

Scarpato, H. (2000). *Psicologia e Pesquisa: perspectivas metodológicas*. Porto Alegre: Sulina.

**Recebido 20/5/2020. Aceito: 30/6/2020.**

**Sobre autoras e contato:**

**Denise Machado Duran Gutierrez** - Doutora em Ciências pelo IFF/FIOCRUZ /RJ e professora do curso de Psicologia (graduação e mestrado) da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos Clínico-Sociais (CNPq/UFAM, desde 2002).

Rua Salvador, 345, apto 1601, Adrianópolis, CEP 69057-040, Manaus, Amazonas. E-mail: [ddgutie@ufam.edu.br](mailto:ddgutie@ufam.edu.br), Telefone (92) 99984 7127.

**Rosimeire de Carvalho Martins** - Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e professora do curso de Psicologia (graduação e mestrado) da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos Clínico-Sociais (CNPq/UFAM)

Avenida Coronel Teixeira 4475, Condomínio Acquarelle, Torre Magenta 1802, Ponta Negra, Manaus, Amazonas, CEP 69037000, E-mail: [rosedcm@gmail.com](mailto:rosedcm@gmail.com), Telefone (92) 99996-6990.

---

**Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel** - PHD em psicologia e psicopatologia do desenvolvimento (Evora, Portugal). Dra Psicologia Clínica PUC/SP. Pesquisadora do Mestrado em Psicologia da UFPA. Diretora da FaPsi/UFPA. Líder do NUFEN/CNPq.

Tv. Mariz e Barros, 2765 ap 401. Belém, Pará. E-mail:  
pimenteladelma@gmail.com Telefone (91) 32663875